

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.150 - SP (2019/0296232-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : HENRIQUE AZARIAS REIS
ADVOGADO : HENRIQUE AZARIAS REIS - SP395438
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EMERSON PERES DAS NEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON PERES DAS NEVES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, custódia essa posteriormente convertida em preventiva, acusado da suposta prática das condutas descritas nos arts. 180, *caput*, e 311, *caput*, ambos do Código Penal, porque, "juntamente com dois (02) comparsas, supostamente, receberam, adquiriram e conduziram o veículo VW/GOL, placas BTQ 7756-Taubaté/SP, ano 2000, que sabiam ser produto de furto, bem como, adulteraram sinal identificador de referido automotor" (e-STJ fl. 24).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 22/27).

No presente *writ*, alega a defesa, em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, sob o argumento de que não há motivação idônea para a manutenção de sua prisão, uma vez que estão ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que o acusado é pessoa íntegra, trabalhadora e nunca se envolveu em qualquer tipo de delito.

Aponta que, "constatado condenável excesso de prazo na formação da culpa, admissível é o reconhecimento de constrangimento ilegal, ainda quando se encontre praticamente encerrada a fase instrutória do procedimento" (e-STJ fl. 12)

Busca, inclusive liminarmente, a revogação da custódia cautelar.

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Ademais, anotou o decreto de prisão que, "em sede de custódia, os acusados alteraram a versão apresentada na fase policial, buscando o reconhecimento que Gustavo adquiriu sozinho o veículo, sem participação dos demais e, ainda, que as placas teriam sido alteradas antes da aquisição", e, "quanto à capitulação, conforme abordei na decisão oral proferida nesta data, registrada por audiovisual, o veículo foi recuperado na posse dos réus, dois dias depois do furto, com uma chave mixa escondida embaixo do banco, possibilitando até mesmo a conclusão de autoria do próprio furto qualificado" (e-STJ fls. 30/31).

De outro lado, o pleito de excesso de prazo na formação da culpa não foi objeto de debate na instância ordinária, parecendo-me inviável, ao menos nesta etapa inicial, a apreciação de tal tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

